

Intrusão e desmatamento na Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), no Pará: impactos sobre a bioculturalidade Tembé-Tenetehar do Guamá

Carlos do Socorro Guerreiro Vaz¹

Márlia Regina Coelho Ferreira²

Flávia Cristina Araújo Lucas¹

DOI: <https://doi.org/10.20435/tellus.v26i55.1112>

Resumo: Neste trabalho é abordada a discussão sobre a importância da biodiversidade para a bioculturalidade Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG). Desde o deslocamento dos Tembé-Tenetehar para a TIARG, eles deixaram de realizar suas práticas ancestrais e de falar sua própria língua, o que perdurou cerca de 60 anos. Durante esse tempo, o território foi invadido por fazendeiros, colonos e madeireiros, e as florestas foram substituídas por pastagens, monocultivos e atividades agropecuárias, às custas da destruição de animais e plantas ligadas à bioculturalidade Tembé. O objetivo deste estudo é analisar os impactos das alterações da biodiversidade da TIARG sobre as práticas bioculturais Tembé-Tenetehar. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa-descritiva e fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Dentre os fatores que levaram ao silenciamento cultural dos Tembé-Tenetehar por anos, destacamos neste artigo a percepção da destruição das florestas e, portanto, de plantas e animais fundamentais à realização de suas práticas bioculturais. A redução da biodiversidade tem ocasionado modificações na realização dos rituais, o que tem sido evidenciado através da substituição temporária ou definitiva de elementos bioculturais necessários à realização desses rituais. Este trabalho convida a refletir sobre a importância de estimular os indígenas ao resgate de suas práticas esquecidas, com o apoio de políticas públicas que garantam o direito constitucional à conservação da biodiversidade na TIARG, à manutenção da floresta em pé e, consequentemente, à perpetuação das práticas bioculturais ancestrais do povo Tembé.

Palavras-chave: desmatamento, indígena, biocultural, biodiversidade.

Abstract: This work discusses the importance of biodiversity for the Tembé bioculturality of the reserve Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG). Since the relocation of the Tembé-Tenetehar to TIARG, they stopped carrying out their ancestral practices and speaking their own language, which lasted for around 60 years. During this time, the territory was invaded by farmers, settlers

¹ Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil.

² Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)

and loggers, and the forests were replaced by pastures, monocultures and agricultural activities, at the expense of the destruction of animals and plants associated to Tembé bioculturality. The objective of this study is to analyze the impacts of changes in TIARG biodiversity on Tembé-Tenetehar biocultural practices. The research has a qualitative-descriptive approach and is based on bibliographic, documentary and field research. Among the factors that led to the cultural silencing of the Tembé-Tenetehar for years, we highlight in this article the perception of the destruction of forests and, therefore, of plants and animals that are essential to carrying out their biocultural practices. The reduction in biodiversity has caused changes in the performance of rituals, which has been evidenced through the temporary or definitive replacement of biocultural elements necessary to carry out these rituals. This work invites us to reflect on the importance of encouraging indigenous people to rescue their forgotten practices, with the support of public policies that guarantee the constitutional right to the conservation of biodiversity in TIARG, to the maintenance of the forest standing and, consequently, to the perpetuation of the ancestral biocultural practices of the Tembé people.

Keywords: deforestation, indigenous, biocultural, biodiversity.

1 INTRODUÇÃO

Os Tembé-Tenetehar são indígenas originários da Nação Tenetehara, do alto rio Pindaré, no estado do Maranhão, que migraram para o atual Nordeste paraense em meados do século XIX, e se estabeleceram nas bacias dos rios Acará-Capim, Guamá e Gurupi (Dias, 2010). Na região do alto rio Guamá, eles constituíram aldeias, caçavam, cultivavam roças e se deslocavam amplamente por áreas de floresta contínua, mantendo práticas socioculturais e espirituais ligadas à natureza e aos seres que nela habitam (Sales, 2000).

Com o avanço das frentes colonizadoras e agropecuárias na região, particularmente ao longo do século XX, os Tembé foram gradativamente pressionados a abandonar parte de seus espaços tradicionais. Em resposta a essas tensões territoriais, o Estado brasileiro instituiu a Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG) através do decreto nº 307, de 21 de março de 1945, que reserva terras aos Tembé, Timbiras, Kaapor e Guajás, com uma área de 279.897 hectares, entre a margem direita do rio Guamá e a margem esquerda do rio Gurupi (Pará, 1945), para onde os Tembé foram remanejados. No novo território foram instalados postos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), os quais passaram a mediar relações institucionais e cotidianas, impondo limites físicos e simbólicos à autonomia Tembé.

Apesar do reconhecimento territorial formal, a TIARG sofreu, sobretudo a partir da década de 1970, ampla intrusão de fazendeiros, colonos e madeireiros (Palmquist, 1981), resultando em desmatamento e perda da biodiversidade, sobretudo na região do alto rio Guamá. A pressão antrópica intensificou conflitos e acelerou transformações socioecológicas profundas, reduzindo a cobertura florestal em aproximadamente dois terços da área original (Ideflor-bio, 2025).

A redução da biodiversidade teve impactos diretos sobre a organização social, o sistema cosmológico e os rituais dos Tembé-Tenetehehar. A relação entre território, conhecimento tradicional e práticas culturais foi continuamente afetada pela escassez de animais e plantas utilizadas em suas celebrações, curas e outras atividades bioculturais. Essa dinâmica se expressa de modo particular nos rituais vinculados ao ciclo da vida, como a Festa da Menina Moça, que mobiliza plantas, animais, espiritualidade e grafismo na formação dos sujeitos e na reiteração da memória coletiva.

A compreensão das transformações recentes em tais práticas demanda o emprego do conceito de bioculturalidade, que reconhece que a vida na natureza se mostra interligada à cultura, considerando um tripé integrado entre biodiversidade, diversidade cultural e diversidade linguística, demonstrando interdependência entre a sobrevivência das sociedades humanas e a manutenção da biodiversidade (Maffi, 2014). A noção de bioculturalidade contribui para superar dicotomias entre natureza e cultura, mostrando que o mundo material (plantas, animais, rios, solos) sustenta e é sustentado pelo mundo imaterial (mitos, rituais, línguas). Assim, a proteção da biodiversidade torna-se inseparável da defesa de culturas tradicionais, como a dos Tembé-Tenetehehar.

O patrimônio biocultural Tembé-Tenetehehar abrange elementos do patrimônio cultural, da biodiversidade e de suas concepções espirituais sobre os seres encantados e espíritos da mata que têm um papel importante na proteção da floresta e de todos os elementos de valor simbólico relacionados à memória, às entidades espirituais e às narrativas cosmológicas. Essa riqueza biocultural é mantida pela própria sobrevivência dos indígenas e pela preservação de seus territórios. Nesse sentido, a noção de patrimônio biocultural reforça a interdependência entre os sistemas culturais e ecológicos dos povos indígenas, pois, segundo Rodrigues Júnior (2009, p. 43),

compreende ‘o patrimônio cultural (tanto tangível quanto intangível, incluindo [...] folclore, [...] conhecimentos, inovações e práticas) e o patrimônio biológico (diversidade de genes, variedades, espécies [...]) dos povos indígenas, sociedades tradicionais e comunidades locais [...]. Este patrimônio inclui a paisagem como dimensão espacial, em que a evolução do patrimônio biocultural [...] tem lugar’.

O principal evento biocultural realizado pelos Tembé-Teneteihar atualmente é a Festa da Menina Moça, que consiste em um complexo de rituais de passagem e de iniciação das meninas e meninos para a vida adulta (Kahwage; Mendonça, 2017), a transição de um status social para outro, onde elementos da biodiversidade são fundamentais para sua realização e conservação cultural ancestral que se expressa por meio de rituais e costumes festivos. Segundo Miranda e Borges (2020, p. 8), “[...] os ritos reivindicam e legitimam o novo status social, tornando-o passível de ser, de acontecer; se não compreendido completamente, pelo menos aceito culturalmente”. Há uma relação de afetividade entre a sociedade Tembé e a natureza provedora que favorece a manutenção dessas práticas.

Para os Tembé-Teneteihar, assim como para muitos povos amazônicos, o território não é apenas o espaço físico, mas um conjunto articulado de relações entre humanos e não-humanos, onde a floresta é composta por relações e presenças, e não apenas por recursos (Castro, 1996). Nos rituais da Festa da Menina Moça, por exemplo, animais como porcão, guariba e mutum não são apenas alimentos; são sujeitos dotados de capacidades e atributos específicos – força, proteção, coragem, cura – que são transmitidos aos iniciados (Furtado; Pilletti, 2022). Assim, o uso desses seres não é utilitário, mas cosmopolítico.

O território constitui a base da bioculturalidade Tembé, pois nele se realizam práticas de caça, cultivo, coleta, rituais, transmissão de saberes e circulação de entidades espirituais. A introdução de pastagens, monocultivo, estradas e atividades madeireiras rompe esses vínculos e reduz a capacidade de sobrevivência de plantas e animais, rompe laços de integração entre humanos e não humanos, afeta a mobilidade, alimentação e cura e compromete a base simbólica de continuidade cultural. O desmatamento intensifica a escassez de espécies essenciais e impacta diretamente a reprodução social. Assim, a perda florestal tem efeitos ecológicos (redução de biodiversidade), materiais (escassez de recursos), espirituais (dispersão de entidades) e culturais (limitações de rituais).

Nesse contexto, o problema central que orienta este estudo consiste em compreender como a redução da biodiversidade na TIARG impactou práticas bioculturais Tembé-Teneteihar, especialmente a realização de rituais que tradicionalmente dependem de espécies específicas de plantas e animais.

A relevância deste trabalho reside em registrar e analisar as estratégias de continuidade cultural e adaptação realizadas pelos Tembé-Teneteihar diante da escassez de recursos biológicos, bem como em contribuir para o debate sobre políticas públicas de proteção territorial, conservação ambiental e revitalização cultural.

Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar a influência dos impactos na biodiversidade da TIARG sobre as práticas bioculturais dos Tembé do Guamá, destacando as mudanças ocorridas nas festividades tradicionais e nas dinâmicas culturais que integram território, natureza e espiritualidade.

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de Estudo e Abordagem

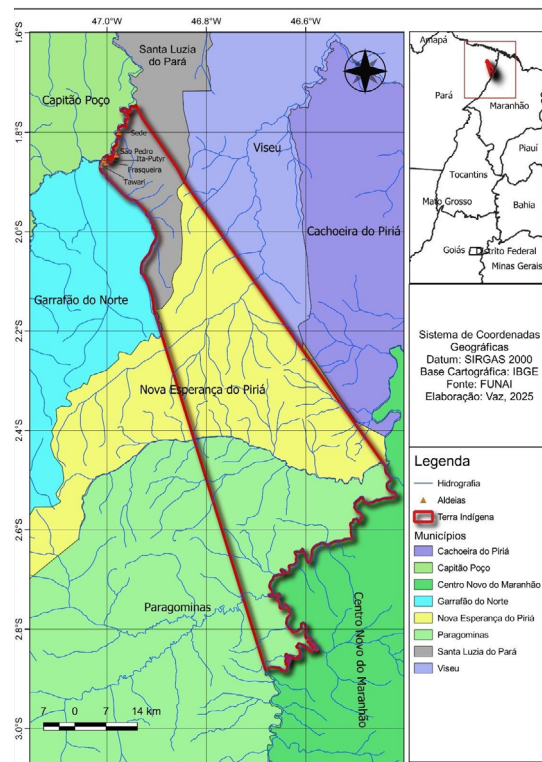
Este estudo adota uma abordagem qualitativa-descritiva, apropriada para pesquisas que examinam fenômenos socioculturais em sua complexidade, considerando significados, valores, motivos, aspirações, crenças, práticas e percepções dos sujeitos envolvidos (Minayo, 2009). A escolha dessa abordagem fundamenta-se na natureza do objeto – as relações entre biodiversidade e práticas bioculturais Tembé-Teneteihar –, que exige atenção às dimensões simbólicas, espirituais e culturais vinculadas ao território.

De modo geral, a investigação buscou compreender como a redução da biodiversidade na TIARG repercute nas práticas bioculturais, especialmente nos rituais associados à Festa da Menina Moça. A abordagem qualitativa permitiu interpretar narrativas e experiências vividas pelos sujeitos, conectando-os ao contexto histórico, territorial e cosmológico do povo Tembé-Teneteihar.

2.2 Local do estudo

A pesquisa foi realizada na TIARG, localizada na região Nordeste do Pará, nas aldeias Frásqueira, Ita-Putyr, São Pedro, Sede e Tawari, localizadas às margens do rio Guamá. A distribuição geográfica das aldeias visitadas, apresentadas na figura 1, evidencia a concentração dos Tembé-Teneteihar na porção do rio Guamá, justamente onde o avanço das atividades agropecuárias resultou em maior perda da cobertura florestal, e onde as aldeias visitadas apresentam maior vulnerabilidade às pressões ambientais, contribuindo para um melhor entendimento da relação entre desmatamento e mudança das práticas culturais.

Figura 1 – Mapa da TIARG



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A TIARG ocupa áreas dos municípios de Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará e Paragominas (ITERPA, 2025), ocupando uma área de 279.897

hectares (Figura 1). De acordo com o Censo demográfico do IBGE de 2022, há 1.926 indígenas vivendo na TIARG (IBGE, 2023), sobretudo da etnia Tembé. O contexto ambiental e sociopolítico de conflitos históricos envolvendo invasões de fazendeiros, madeireiros e colonos influenciou diretamente a escolha do local, dada sua relevância para compreender as mudanças na biodiversidade e seus impactos sobre o patrimônio biocultural Tembé-Tenetehar.

2.3 Participantes

Participaram da pesquisa, mediante consentimento, caciques (2), pajés (2), professores da escola indígena (2) e moradores detentores dos saberes tradicionais (3). A seleção foi intencional, priorizando sujeitos que detêm conhecimentos sobre rituais, manejo da biodiversidade e memória histórica do território. A opção por esse perfil justifica-se pela necessidade de acessar narrativas vinculadas ao modo de vida tradicional e às transformações culturais percebidas após décadas de intrusão e degradação ambiental.

2.4 Coleta de dados

Foram utilizados três procedimentos principais para a coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Para a pesquisa bibliográfica foram utilizadas obras sobre os Tembé-Tenetehar, territorialidade, bioculturalidade, biodiversidade e rituais indígenas. A busca incluiu livros, teses, dissertações, artigos científicos e publicações institucionais. Operadores booleanos (AND e OR) foram utilizados para otimizar a seleção das fontes, com combinações como: (Tembé) AND (Cultura), (Povos Indígenas) AND (animais OR plantas). A seleção das fontes considerou a análise da cultura e história Tembé-Tenetehar, o uso de elementos naturais em práticas tradicionais e as ameaças ambientais e territoriais.

Na pesquisa documental foi realizada uma busca em acervos digitais, documentos oficiais, jornais e revistas científicas, relatórios e registros institucionais (ex.: Conselho Missionário – CIMI; Instituto Socioambiental – ISO, Centro de Referência Indígena, Museu do Índio), sobretudo materiais que tratam da ocupação irregular, conflitos territoriais e desmatamento da TIARG.

A pesquisa de campo ocorreu no período de maio de 2023 a dezembro de 2024. Empregou-se a observação participante, onde ocorre “participação na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada” (Gil, 2006, p. 110), e conversas informais e direcionadas (Costa; Oliveira; Farias, 2021). Os registros foram feitos através de fotografias, vídeos, áudios e diário de campo.

As conversas favorecem a expressão espontânea de ideias e experiências, sem a rigidez das entrevistas formais, assumindo uma investigação sem objetivos fechados, mas sim de interesses, e o pensar e aprender juntos (Costa; Oliveira; Farias, 2021). Os dados foram coletados por meio de escutas sucessivas dos participantes da pesquisa, cujas falas versaram a respeito dos temas cultura Tembé, perda da biodiversidade e desmatamento. Também foram registradas informações coletadas a partir de falas espontâneas relacionadas com aquilo que era mais importante para o participante no momento da conversa.

2.5 Análise dos dados

A análise dos relatos seguiu princípios da análise de conteúdo (Bardin, 2011), sendo realizada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento interpretativo.

Durante a pré-análise, o material coletado foi organizado e armazenado em um banco de dados (Excel), contendo: nome do participante, temas abordados e síntese das falas. Durante a exploração do material coletado, foi feita a codificação de elementos recorrentes e a identificação de unidades de significado relativas à biodiversidade, rituais, escassez de espécies, adaptações culturais e cosmologia. Na terceira etapa, as categorias emergentes foram interpretadas à luz da literatura, articulando as falas com processos históricos, ambientais e espirituais Tembé-Tenetehar. Essa interpretação permitiu compreender como a perda de biodiversidade influencia as práticas bioculturais, ocasionando escassez, substituições e ressignificações.

A validação dos nomes científicos das plantas e animais informados no texto foi realizada através de consultas nos sites Flora e Funga do Brasil e Catálogo Taxonômico da Fauna do Brasil, respectivamente.

2.6 Aspectos éticos

O estudo seguiu as normas éticas adotadas para pesquisas com populações indígenas: a) consentimento prévio dos líderes indígenas; b) análise de Mérito Científico pelo CNPQ; c) cadastro no SISGEN (nº AD798AC); d) autorização da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) (autorização nº 50/AAEP/2024); e) aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (CAAE 73237323.8.0000.0131; Parecer 7.203.312/CONEP); e f) assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por todos os participantes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Biodiversidade em permanente ameaça

A região onde hoje é a TIARG sempre foi território de caça dos Tembé (Sales, 2000). A autora relata que antes da criação da reserva, os Tembé ocupavam e transitavam nas margens direita e esquerda do rio Guamá, sendo que, deste lado, localizavam-se várias aldeias, com cemitérios e áreas de roças e caçadas, destacando-se a Aldeia São José ou “Aldeia Velha”, espaço importante para a memória coletiva do povo Tembé.

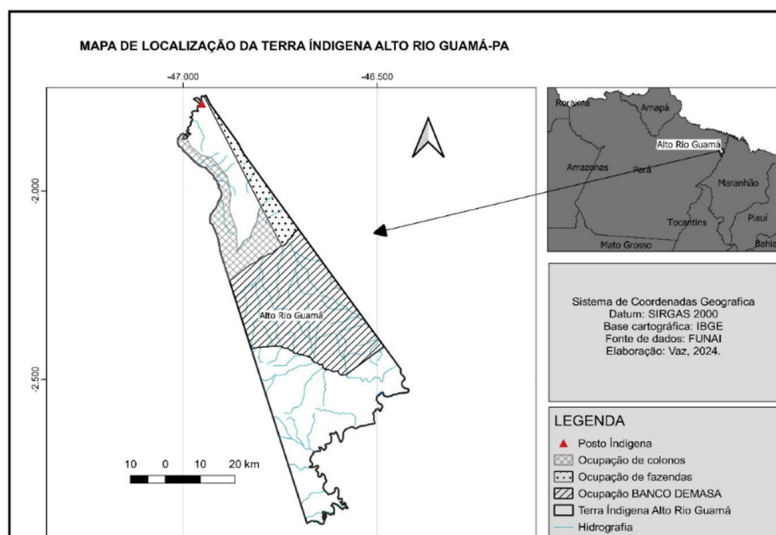
No início do século XX havia uma grande diversidade de animais (araras-reais, sabiás, uiraúnas, tuys, açurus, hira-tatás, veados, cutias, inhambu e mutum) próximo à Aldeia São José (Hurley, 1920). A preservação da floresta permitia a existência de uma rica biodiversidade, que era importante para as práticas bioculturais dos Tembé-Tenetehar e para sua própria sobrevivência. Naquela época, os Tembé realizavam seus rituais e mantinham viva a sua cultura, como bem nos relata Hurley (1920, p. 287), através do seguinte trecho: “[...] nas *pitunas* (noites) de *zarry* (lua) reúnem-se em círculo, na clareira lavada da *táua* e entoam cânticos guerreiros e *tradicionaes* (tradicionais) que a *memoria* (memória) dos mais velhos guarda e *vae* (vai) transmitindo, às novas gerações”.

Nos anos 1950, o ecossistema de floresta primária predominava na área que contempla a TIARG. Sales (2000) afirma que os locais onde foram criadas as aldeias Pirá, São Pedro, Jacaré, Tawari, Frasqueira e Ita-Putyr eram de mata densa e de caça farta. Segundo a autora, até os anos 1960, antes das intrusões dos colonos

e fazendeiros, havia abundância de caça, pesca e vegetação na região do Guamá. No entanto, a partir da década 1970, houve as primeiras invasões da TIARG, dando início a um processo contínuo e irrefreável de destruição da floresta, ocasionando drástica alteração da paisagem natural e a redução da biodiversidade da TIARG. Segundo Alonso (1999), o fazendeiro Mejer Kabacznike, vizinho da TIARG, foi o primeiro a invadir a reserva, ocupou e desmatou cerca de 6.000 hectares para implantação de pastagens, desde o rio Guamá até o rio Piriá (Figura 2), e abriu uma estrada cortando verticalmente a TIARG, o que funcionou como um estopim que incentivou e facilitou a ocupação de novas áreas por outros fazendeiros e colonos, amparados pela força política da região.

Além de Mejer, outros proprietários e/ou empresas invadiram grande parte da área, destacando-se a Cidapar (Companhia de Desenvolvimento Agro-pecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará), que, através da manipulação de antigos documentos de sesmarias, se apropriou, e, depois, vendeu ao Banco Denasa de Investimento mais de 300.000 hectares, quase toda a terra entre o rio Piriá e o rio Coaraci-Paraná; e o Sr. Vivaldo, próximo à fazenda de Mejer, ocupando 9 km² da TIARG (Figura 2) (Palmquist, 1981). Outros fazendeiros menores também ocupavam grandes áreas no limite nordeste da TIARG.

Figura 2 – Mapa da ocupação da TIARG nos anos 1970



Fonte: Cimi Norte II, 1979, adaptado pelo autor.

Migrantes, sobretudo nordestinos, passaram a ocupar o território indígena, implantando roças e construindo suas casas. Em 1979, já haviam três povoados formados por colonos nas cercanias da reserva: Livramento, Marapinima e Tauari, cujos moradores faziam seus plantios dentro da reserva; e dois no interior da reserva: Água Preta e São Francisco, totalizando aproximadamente 1500 famílias não indígenas distribuídas nos povoados e no campo, entre o rio Guamá e o rio Piriá (Figura 2) (Alonso, 1999).

A maior parte da área invadida era ocupada por grandes proprietários de terra ou por empresas (Figura 2). O mapa da Figura 2 ilustra a devastação em uma área extensa do território para a implantação de pastagens na pecuária extensiva. Ressalta-se aqui que a legislação florestal, ainda regida pelo Código Florestal de 1965, normatizava uma legislação insuficiente à gestão adequada das Áreas de Preservação Ambiental (APAs), o que só foi corrigido pelo novo “Código Florestal”, a Lei 12.651 de 25 de maio de 2012, o qual determinou que em área de florestas a reserva legal das propriedades rurais deveria ser de 80% (Brasil, 2012). Desse modo, a retirada da cobertura vegetal ocorria indiscriminadamente.

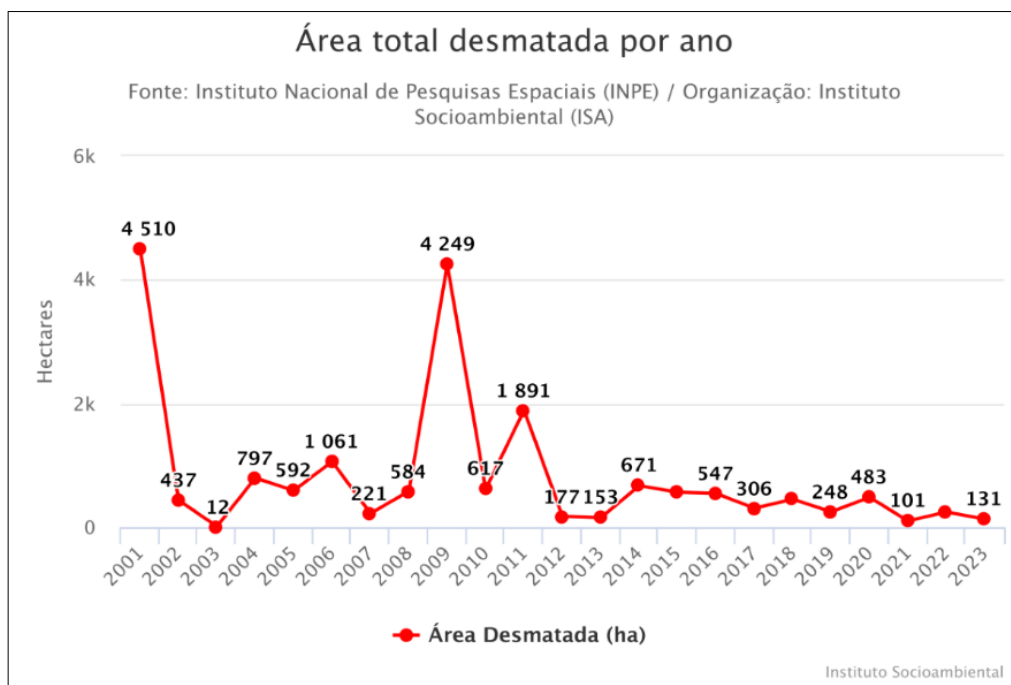
A figura 2 ilustra a extensão da ocupação da TIARG na década de 1970, marcada pela expansão de grandes propriedades rurais e abertura de estradas internas. Essa ocupação intensificou o desmatamento, reduzindo áreas de Floresta densa e expulsando espécies da fauna e da flora usadas pelos Tembé-Tenetehehar em seus rituais. A representação espacial demonstra como a ocupação não se limitou às bordas, mas penetrou profundamente na TIARG, afetando áreas tradicionalmente utilizadas para caça, coleta e realização de rituais.

À medida que as invasões avançavam, menor ficava a área florestada da TIARG. No início da década de 1990, a mata da região do Guamá restringia-se a aproximadamente 6 km ao fundo de algumas aldeias, como Tawari, Ita-Putyr, Frasqueira e São Pedro (Sales, 2000). A partir dessa época, além das ocupações por fazendeiros e colonos, intensificou-se a exploração ilegal de madeira na TIARG, gerando grandes conflitos entre indígenas e madeireiros. Várias denúncias e autuações foram feitas. A partir de 2005, os madeireiros adotaram a extração seletiva de árvores, ao invés do corte raso, estratégia para fugir da fiscalização, pois, assim, o desmatamento não era detectado por imagens de satélite (Fiocruz, 2023).

Em agosto de 2017, através da “Operação Tembê”, foram apreendidos 6.000 m³ de madeira em Nova Esperança do Piriá que haviam sido retirados da TIARG; em junho de 2018, na “Operação Maravalha”, foram apreendidos nos municípios de Paragominas, Cachoeira do Piriá e Aurora do Pará, 1.586 m³ em toras e 217 m³ em madeira serrada, extraídas ilegalmente da TIARG (Fiocruz, 2023). Até o ano de 2010, a TIARG já tinha 31,7% da sua área desmatada, totalizando 893,3 km² de mata destruída (Carvalho, 2011). Entre 2011 e 2023, houve o desmatamento de aproximadamente 59,72 km² (Figura 3), crescendo o desmatamento acumulado para cerca de 953 km² na TIARG, o que corresponde a 34% da área total do território indígena (Terras Indígenas no Brasil, 2025).

A dinâmica temporal do desmatamento apresentada na Figura 3 permite observar dois períodos distintos: (i) crescimento contínuo entre 2000 e 2024, e (ii) redução gradativa após 2014, possivelmente associada à reintegração definitiva de posse da Fazenda Mejer pelos indígenas naquele ano (Fiocruz, 2023), e ao fortalecimento do monitoramento territorial por órgãos estatais de fiscalização e pelos próprios indígenas através de grupos organizados como, por exemplo, os “guardiões da floresta” que, segundo Schavelzon (2021), surgem da iniciativa das comunidades étnicas, com o objetivo de defender o território, destacando-se os grupos Awá Guajá, Gavião, Guajajara, Ka’apor, Krikati e Tembê. A queda no ritmo de desmatamento coincide com iniciativas de reorganização cultural, incluindo a retomada de práticas culturais tradicionais e do mapeamento dos recursos naturais, sugerindo relação entre a proteção do território e a revitalização biocultural.

Figura 3 – Gráfico do desmatamento da TIARG entre os anos de 2000 e 2023



Fonte: Terras Indígenas no Brasil (2025).

Os invasores permaneceram na TIARG durante cerca de 50 anos, movidos pela esperança de legitimar-se às custas da redução do território indígena, cuja possibilidade sempre foi estimulada por grupos políticos regionais. Depois de várias tentativas fracassadas, finalmente, e definitivamente, no dia 03 de maio de 2023, o governo federal iniciou a retirada pacífica e voluntária da população não indígena que ocupava ilegalmente a TIARG (Brasil, 2023). Em julho de 2023 já haviam sido retirados todos os invasores, mas se manteve a vigilância através de agentes da Força Nacional até que fosse dirimida qualquer possibilidade de reocupação ilegítima do território.

Durante o tempo de ocupação irregular da TIARG houve uma grande pressão sobre a biodiversidade natural. A floresta primária foi sendo gradualmente substituída por pastagens, agricultura em grande escala e agricultura familiar realizada pelos colonos que ocupavam aquelas terras, além de ter sido alvo constante da cobiça dos madeireiros, reduzindo a floresta a dois terços da sua forma original,

comprometendo severamente a biodiversidade. A redução da biodiversidade acontece porque muitas das espécies não conseguem se adequar às novas condições do meio, produzidas pela ação humana, ocasionando dano considerável à biodiversidade, pela perda de seres únicos de uma região, sendo estes animais, plantas, ou qualquer forma de vida (Roos, 2012). Segundo a autora, o principal causador da perda da biodiversidade é o desmatamento das áreas preservadas.

A luta para a reintegração da TIARG foi de suma importância para a reafirmação da identidade dos Tembé e para a continuidade de suas práticas bioculturais, pois, para eles, “[...] lutar pelo território significa defender a vida para as atuais e futuras gerações, bem como para os demais seres que nele também habitam: animais, plantas, espíritos, os brancos etc.” (Ribeiro; Meira, 2021, p. 3). A esse respeito, América Tembé, indígena moradora da Aldeia Sede, faz o seguinte relato:

Lógico que a gente luta pela educação, pela saúde, *mas a nossa briga mesmo é a terra, prioritária, a terra é tudo pra nós assim*. É forte e emocionante, né?, porque o índio não vive sem a terra, por mais que a gente estude e tudo, a gente lembra as nossas raízes. Então pra nós a terra, assim, a gente luta pela educação, saúde, mas isso é quase segundo plano, *a nossa luta é mesmo pela terra, porque a terra é a comida, alimentação* (América Tembé, 2015 *apud* Ribeiro; Meira, 2021, p. 2).

3.2 A biodiversidade e os eventos bioculturais Tembé

A redução da biodiversidade da TIARG teve um papel limitante nas práticas bioculturais Tembé, especialmente pela dependência de animais e plantas da floresta que protagonizam estes eventos. No passado, os Tembé mantinham um calendário de festejos que incluíam várias celebrações, como a Festa do milho, a Festa do mel, a Festa dos rapazes, a Festa das crianças e a Festa da Menina Moça³, sendo que, no presente, ocorrem somente as duas últimas festas.

³ Entrevista com Pirimina Guajajara, em 19/12/2025.

Figura 4 – Etapas da Festa da Menina Moça: **A e B:** Tocaia. **C:** Festa do Mingau. **D:** Festa do Moqueado na Aldeia Tawari, 2023. Fotos: A, B e C – Walber Tembé



Fonte: acervo do autor Carlos Vaz.

A Festa da Menina Moça é a de maior amplitude e envolve diversas etapas: Tocaia, Festa do Mingau e a Festa do Moqueado (Figura 4), podendo abranger um período de um ano entre a primeira e a última etapa. A Tocaia consiste na reclusão da moça por sete dias, imediatamente após a menarca⁴; em seguida, a moça é apresentada à comunidade na Festa do Mingau, que contempla a distribuição de um mingau feito de mandioca⁵ e preparado pela moça; a terceira etapa, a Festa do Moqueado, é bem mais complexa e dura sete dias. Trata-se de um evento que recebe muitos parentes da aldeia, de outras aldeias e de outras etnias, além dos convidados não indígenas, havendo grande organização logística para atender esse público que costuma passar a semana toda na aldeia em festa. A Festa da Menina Moça é um evento de passagem de moças e rapazes para a fase adulta e associa-se a uma ritualística que emprega pinturas corporais adequadas a cada ocasião, banhos de ervas, reclusão, restrição alimentar e comportamental, remédios, cânticos e danças, visando preparar e formar mulheres capazes de

⁴ Primeira menstruação

⁵ Variedade de mandioca grande e succulenta

gerar vidas saudáveis, de constituir famílias e contribuir para a continuidade de um povo e de sua cultura e homens corajosos, guerreiros e exímios caçadores (Ponte; Aquino, 2013).

Os elementos da biodiversidade se fazem presentes e fundamentais em todas as etapas da Festa da Menina Moça. Durante vários momentos do ritual é notável o culto aos animais como símbolos sagrados, adorados, como uma espécie de talismã, pelos iniciados e demais indígenas, que os consideram protetores e provedores de saberes e qualidades que serão úteis durante toda a vida do indivíduo (Kahwage; Mendonça, 2017).

A figura 4 sistematiza as etapas da Festa da Menina Moça, evidenciando que cada momento do ritual demanda a presença de elementos específicos da biodiversidade, como plantas medicinais, resinas aromáticas e espécies animais. Essa representação torna visível a interdependência entre a continuidade do ritual e a disponibilidade de recursos naturais, reforçando a centralidade dos elementos bioculturais para a manutenção da identidade Tembé-Tenetejar.

Animais como queixada ou porcão (*Tayassu pecari* Link, 1795), guariba (*Alouatta guariba* Humboldt, 1812), nambu (*Crypturellus parvirostris* Wagler, 1827) e mutum (*Crax fasciolata* Spix, 1825) são imprescindíveis para a realização da festa, pelo valor simbólico de cada um para a formação do Tembé adulto, sobretudo das moças (Figura 5). Esses animais são moqueados⁶ durante o período da Festa do Moqueado e, no último dia, as carnes do porcão, do mutum e, às vezes, da guariba, são cozidas, desfiadas e misturadas com farinha de mandioca, formando uma farofa que será distribuída aos convidados; já o nambu é cozido em separado e pedaços de sua carne são passados em partes do corpo dos iniciados para quebrar a restrição alimentar, e, do que resta, são feitos bolinhos a serem distribuídos às moças e rapazes e aos mais velhos da aldeia (Figura 5).

⁶ Carnes pré-assadas em “moquéns”, grelhas feitas de galhos e raízes úmidas, sobre fogo à lenha.

Figura 5 – Festa do Moqueado: **A:** Moquém. **B:** Animais moqueados. **C:** Preparação da farofa dos animais moqueados. **D:** Distribuição da farofa aos convidados



Fotos: acervo do autor Carlos Vaz.

Na figura 5, observa-se o moquém e o preparo da carne dos animais utilizados na celebração. Esses elementos não têm apenas valor nutricional, mas são catalisadores de atributos simbólicos que conferem força, coragem e fartura aos iniciados. A participação desses animais na festa tem um valor importante na formação do ser Tembé, pois eles possuem atributos que o acompanharão na vida adulta, como a força e a fartura do porcão, a beleza do nambu e do mutum e a cantoria da guariba (Furtado; Pilletti, 2022). Outros animais também são reverenciados, através das cantigas (arara, bacurau, gavião, borboleta), dos grafismos da pintura corporal (onça, tamuatá, jiboia, jabuti) e/ou dos adereços (penas e penugens de araras, papagaios, periquitos, gaviões, mutuns e outros). A apresentação do processo reforça a importância desses animais como agentes formadores do sujeito Tembé, o que justifica a preocupação comunitária diante de sua diminuição causada pelo desmatamento.

A figura 6 mostra plantas que desempenham papel importante nos rituais da Festa da Menina Moça. Algumas delas estão fortemente ligadas à cosmologia

Tembé, como é o caso do jenipapo (*Genipa americana* L.), de cujo sumo são banhadas as moças logo que adentram a tocaia para fins de proteção contra os karawaras⁷, e que vai estar presente em todas as outras etapas da festa; da mandiocaba (*Manihot esculenta* Crantz), da qual prepara-se o mingau da moça; do breu branco (*Protium heptaphyllum* (Aubl.) Marchand) e do tauari (*Couratari guianensis* Aubl.), que são usados nas defumações e cigarros para controlar a ação das karawaras. A presença documentada desses elementos reforça a relevância de seu manejo e disponibilidade, permitindo compreender como a perda da vegetação pode comprometer etapas importantes dos rituais e dos mecanismos de transmissão de conhecimento.

Figura 6 – Plantas utilizadas na Festa da Menina Moça: **A:** Jenipapo (*Genipa americana* L.); **B:** Tubérculos de mandiocaba (*Manihot esculenta* Crantz); **C:** Entrecasca de Tauari (*Couratari guianensis* Aubl.)



Fonte: acervo do autor Carlos Vaz.

Desde que os Tembé foram remanejados para a TIARG, em 1945, deixaram de realizar suas práticas ancestrais, embora se mantivessem vivas na memória dos mais velhos, só retomando-as em 2002. Por cerca de 60 anos a Festa da Menina Moça deixou de acontecer na região do Guamá, cujos motivos estão elencados abaixo, conforme dados documentais: i) o deslocamento compulsório para o novo território, deixando para trás suas aldeias de referência ancestral, gerando desmotivação e tristeza aos Tembé⁸; ii) submissão ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que tinha como objetivo operar na transformação de indígenas em

⁷ Espíritos dos ancestrais, ou de animais da floresta, ou de seres encantados.

⁸ Palestra proferida por Jorge Tembé, na I Jornada de Botânica e Bioculturalidade, no auditório Paulo Freire, da UEPA, em 17 de abril de 2023.

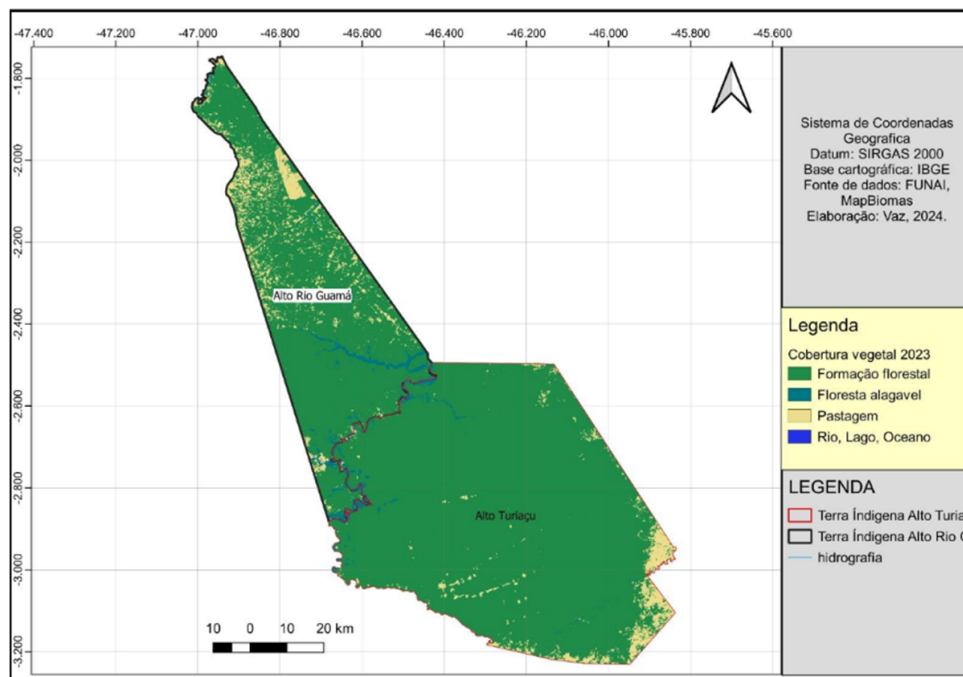
“trabalhadores nacionais” dóceis e produtivos (Ribeiro; Meira, 2021) e que inibiu qualquer iniciativa de manifestação cultural indígena; iii) receio da violência (física ou simbólica) da sociedade não-indígena (Coelho, 2019), que cada vez mais se aproximava de suas aldeias; e iv) percepção da gradativa destruição das florestas e, portanto, da escassez de plantas e animais fundamentais à realização de suas práticas bioculturais.

Embora todos os motivos elencados sejam de importância corroborativa para a compreensão do silenciamento cultural dos Tembé por décadas, este último será alvo de nossa análise, pois a redução das florestas da TIARG é um importante fator limitante à aquisição de animais e plantas que integram a Festa da Menina Moça. Os relatos de Pirimina Guajajara, contam que antigamente a “caçada” anterior à festa supria a necessidade de alimentação de todos os convidados da Festa do Moqueado. Os animais eram porcos, caititus, guaribas, cutias, tatus e outros. A redução desses animais na região tem gerado a necessidade de substituir o cardápio alimentar por carne de gado e frango adquiridos no mercado dos municípios de Capitão Poço e Garrafão do Norte.

A reintrodução da Festa da Menina Moça na região do Guamá se deparou com um ambiente devastado que obrigou os Tembé a restringir a quantidade e a diversidade de animais caçados, mantendo somente aqueles considerados sagrados e indispensáveis aos rituais de passagem das moças e rapazes Tembé, que são: o porcão, a guariba, o mutum e o nambu. Desde o retorno da festa no Guamá, em 2002, os Tembé percorrem longas distâncias para capturar os animais que serão “moqueados” e servidos aos iniciados e à comunidade. Alguns dias antes do ritual, os indígenas saem em grupo para a “caçada”⁹ desses animais nas terras do Gurupi, na extremidade sul da TIARG, pois, nessa região, a floresta se manteve mais preservada que na região do Guamá, como constatado no mapa (Figura 7). Por vezes, atravessam o rio Gurupi e adentram nas florestas da Terra Indígena Alto Turiaçu, no Maranhão (Figura 7), para o êxito da empreitada.

⁹ Captura de animais silvestres que serão moqueados e oferecidos aos convidados.

Figura 7 – Mapa da cobertura vegetal da TIARG e Terra Indígena Alto Turiaçu, ano 2024.



Fonte: acervo do autor Carlos Vaz.

Recentemente, em setembro de 2024, para a Festa da Menina Moça da Aldeia São Pedro, a guariba demorou a ser capturada e isso gerou a necessidade de reprogramar outra caçada nas redondezas, já que a presença desse animal é essencial na citada festa (informação verbal)¹⁰. A guariba moqueada é ornamentada com saia de piaçava e pena de gavião, e, durante o último dia da Festa do Moqueado, é carregada por um guerreiro, que tenta arrancar o riso das meninas-moças, as quais não podem sucumbir às provocações e piadas da guariba, pois, caso contrário, não teriam se submetido aos preceitos do tabu sexual e, portanto, não seriam fiéis aos futuros esposos (Ponte, 2022).

A figura 7 evidencia o contraste entre a região do Guamá – mais degradada – e a do Gurupi, onde a floresta ainda se mantém relativamente preservada. Tal

¹⁰ Informação verbal de Tazahu Tembê, na Festa do Moqueado da Aldeia São Pedro, em 21 de setembro de 2024.

diferença explica as longas distâncias percorridas para obtenção de espécies para os rituais e justifica a intensificação das jornadas de caça em direção ao Gurupi e à TI Alto Turiaçu, revelando a dimensão logística da escassez de fauna e flora e seu impacto sobre a vitalidade biocultural

À medida que as florestas foram sendo destruídas e a biodiversidade diminuindo, adaptações dos rituais se tornaram necessárias, sem que a essência de suas cerimônias fosse comprometida. A dificuldade em encontrar determinados elementos bioculturais que compõem usualmente os rituais têm levado os Tembé a substituí-los por outros de maior acessibilidade. Essa substituição pode ser temporária ou definitiva, dependendo do nível de escassez de tal recurso natural.

Nas observações de campo, temos registrado a substituição ocasional de alguns elementos durante as cerimônias. Na Festa do Moqueado, na Aldeia Sede, em setembro, identificamos a substituição do pássaro Mutum (*Crax fasciolata* Spix, 1825) pelo Jacú (*Penelope Wagler*, 1830). Esses pássaros pertencem à família Cracidae, cujos representantes, em sua maioria, apresentam algum grau de ameaça (Silveira, 2013). De acordo com a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN-União Internacional para Conservação da Natureza (2023), a espécie *Crax fasciolata* figura como vulnerável na lista de espécies globalmente ameaçadas de extinção no Brasil. Na TIARG, o desmatamento ocorrido nas últimas décadas tem afugentado esses pássaros para zonas mais distante, pois eles precisam de extensos territórios e florestas bem conservadas, locais que estão cada vez mais raros, diferentemente do Jacú, que apresenta boa plasticidade ambiental, podendo ser encontrado tanto em áreas muito degradadas quanto em florestas muito preservadas (Silveira, 2013).

As queimadas que ocorreram no território em 2024 também afetaram as atividades bioculturais. Na Festa das Crianças, na Aldeia Tawari, em julho de 2024, o cipó “canoinha” (*Marsdenia* sp. Apocynaceae), cuja resina é usada como aderente às penugens de gavião que são coladas nos braços e peitos das crianças iniciadas, não foi encontrado devido a evento de queimada na região que destruiu parte da vegetação. Daquilo que não foi queimado, como os órgãos vegetais subterrâneos, sobrevivendo ao fogo, como as raízes, foi retirada a resina para dar

prosseguimento ao ritual (informação verbal)¹¹. As penugens de gavião também têm sido esporadicamente substituídas por algodão ou penugens de pato, devido à escassez daquela ave na região do Guamá.

Alguns elementos bioculturais tornaram-se tão escassos que foram substituídos nas cerimônias em caráter definitivo, como é o caso das saias da menina moça. No passado as saias das moças eram confeccionadas com penas de pássaros, e foram substituídas por saias feitas de tecido branco e detalhes vermelhos, mantendo a simbologia do dia e do entardecer, respectivamente (informação verbal)¹². Com relação às penas e plumagens de pássaros outrora muito presentes nos rituais indígenas, hoje vê-se restritas à confecção de cocares e alguns poucos adereços e artesanatos, devido à rarefação desses pássaros, mas também pela influência dos movimentos ambientalistas capitaneados por indígenas, e pela própria legislação ambiental.

As “ramadas”, espaços sagrados das aldeias onde são realizadas as práticas bioculturais, também sentiram os efeitos da devastação das florestas. Tradicionalmente, as ramadas são cobertas com folhas de uma palmeira chamada ubim (*Geonoma deversa* (Poit.) Kunth). Atualmente, os tetos das ramadas da região do Guamá estão sendo substituídos por cobertura de “cavaco”¹³, pois as palmeiras de ubim já não existem suficientemente na região do Guamá, e os Tembé tinham altos gastos financeiros para arcar com a coleta e o transporte desse material desde a região do Gurupi, onde ainda existe em abundância. Os aldeões da Aldeia Frasqueira optaram por manter a cobertura da ramada de palha, mas adotaram a palmeira Buçu (*Manicaria saccifera* Gaertn), cujas folhas foram trazidas da região do município de Igarapé-Miri, também a um alto custo (Informação verbal)¹⁴.

As alterações da biodiversidade na TIARG têm um forte impacto negativo na cultura do povo Tembé, influenciando diretamente na modificação de seus

¹¹ Informação verbal de Carlos Walber dos Santos Tembé, na Festa das Crianças, na Aldeia Tawari, em 07 de julho de 2024.

¹² Informação verbal de Élide Braz, pesquisadora em Moda, na Festa do Moqueado da Aldeia São Pedro, em 22 de setembro de 2024.

¹³ Telhas de madeira fabricadas de espécies como louro, ipê, jarana, cedro vermelho ou outra espécie que seja resistente à ação do tempo e ao ataque de fungos e insetos.

¹⁴ Informação verbal da professora Zytyk Tembé, na Festa do Mingau da Aldeia Frasqueira, em 15 de novembro de 2024.

rituais, e na perspectiva da continuidade de suas tradições. Com relação a isso, Maffi (2014, p. 8), afirma que “[...] a rede da vida na natureza e na cultura está se desfazendo, deixando o nosso mundo biocultural cada vez mais frágil e um panorama cada vez mais incerto para os humanos e todas as outras espécies”. Os riscos de ameaças à biodiversidade da TIARG continuam reais e frequentes. Os ataques ao povo Tembé atravessam o século XXI e, a despeito da desintrusão definitiva dos invasores em 2023, a insegurança persiste no território. Em março de 2024, o Ministério Público Federal manifestou-se sobre a “[...] recente intensificação dos conflitos territoriais na região e o agravamento dos riscos de reinvasões na TIARG [...] decorrentes da disseminação de *fake news*” (Brasil, 2024, p. 3). Nos relatos de Walber Tembé, liderança jovem da Aldeia Tawari, muitos dos incêndios na região do Guamá, em 2024, foram ações criminosas de não indígenas inconformados com a desintrusão.

Felizmente, observa-se que as áreas desmatadas do território estão em processo de regeneração natural, levando em conta os primeiros períodos de reintegração do território, em 2014. Esse resultado vem do esforço dos Tembé em buscar apoio de Universidades e outros órgãos públicos para o desenvolvimento de projetos de mapeamento das plantas medicinais, de recuperação e despoluição do rio Guamá, de agroecologia e de fiscalização por satélite, visando a recuperação de suas áreas degradadas (Ponte; Ribeiro, 2019). Segundo os autores, a ameaça da biodiversidade na TIARG e os impactos sobre sua reprodução cultural aproximou os Tembé aos debates sobre os planos de manejo do “Mosaico Gurupi”, que são importantes na recuperação ambiental e conservação da biodiversidade.

Com isso, já se observa o aparecimento esporádico de algumas espécies de animais que há décadas não se viam na região do Guamá. O cacique Tazahu Tembé relatou sobre a presença de bandos de porcão na região do Guamá, neste ano de 2024, próximo à Aldeia São Pedro, mas ainda em pequeno número. Por isso, as lideranças indígenas da TIARG/Guamá orientam que determinados animais não sejam alvos de caças, visando o aumento de sua população na região.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela consolidação do direito real ao território ativou a necessidade dos Tembé ressignificarem suas práticas tradicionais, que há anos não se realizavam, e

sua língua, já falada por poucos, visando reafirmar sua identidade frente a defesa pelo território e, também, por outros direitos referentes à saúde, educação e assistência social. Pelas convicções abordadas, que trazem o forte desejo de perpetuação da cultura, a resistência política de alguns indivíduos que se tornaram lideranças indígenas de referência, tem sido a grande contribuição e esperança de conservação da floresta e engajamento na manutenção das celebrações e crenças bioculturais.

Práticas bioculturais passaram anos dormentes na memória dos mais antigos, latentes à espera do campo fértil para germinar. Além da floresta devastada, sem os animais e as plantas a serem usadas nas cerimônias tradicionais, havia também o receio de externar sua cultura e ser alvo de mais preconceitos e intolerância. Em face desses dilemas, todos os esforços se concentraram na luta pelo território, com a esperança de serem de fato os donos daquela terra e cuidar dela com respeito à Mãe natureza, protegendo os elementos bioculturais e os seres invisíveis da floresta, e, buscando neles, e em Tupã, a proteção do povo Tembé.

Através desta pesquisa, é possível perceber claramente que a redução da biodiversidade da TIARG tem provocado impactos significativos na organização e realização das práticas bioculturais Tembé, onde animais e plantas tradicionalmente utilizados em seus rituais tornaram-se escassos ou foram substituídos ocasionalmente ou definitivamente por outros de maior acessibilidade. Tais lacunas nos convidam a refletir a respeito da importância de estimular os indígenas ao resgate do que foi esquecido e que não ocorre nos dias atuais. Portanto, o apoio das políticas públicas do estado do Pará e da União devem garantir o valor patrimonial oriundo destes rituais, garantindo o que lhes é de direito e que está previsto na Constituição: conservação da biodiversidade na TIARG, manutenção da floresta em pé e, conseqüentemente, perpetuação das práticas bioculturais ancestrais do Povo Tembé.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Sara. A disputa pelo sangue: reflexões sobre a constituição da identidade e "unidade Tembé". *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 2, n. 2, p. 33–56, dez. 1999.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). Em cumprimento de sentença favorável ao MPF, governo inicia processo de retirada de não indígenas de terra indígena no Pará. Brasília, DF: MPF, 2 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n. 12.727*, de 17 de outubro de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). *Caderno extrajudicial* — DMPF-e n. 112/2024. Brasília, DF: MPF, 2024. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/58234_20240326_172956.PDF. Acesso em: 8 jan. 2025

CARVALHO, Cleide. Desmatamento aumentou 127% em áreas de proteção nos últimos dez anos. *O Globo Política*, Rio de Janeiro, 31 out. 2011.

CASTRO, Eduardo Viveiro de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo indígena. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

COELHO, José Rondinelle Lima. *Os Tembé na cidade*: territorialização, trajetória e história dos Tembé que residem em Capitão Poço/PA. 2019. 219f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2019.

COSTA, Sandy Lima; OLIVEIRA, Wenderson Silva; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Conversa como Metodologia de Pesquisa: por que não? *Teoria e Prática da Educação*, Maringá, v. 24, n. 3, p. 221-225, set./dez. 2021.

DIAS, Claudionor. *O povo Tembé da terra Indígena Alto Rio Guamá*: construindo vias de desenvolvimento local? 2010. 82f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

FIOCRUZ. Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Povos indígenas Tembé lutam por soberania e proteção da TI Alto Rio Guamá. *FIOCRUZ — Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-povos-indigenas-tembe-lutam-por-soberania-e-protecao-da-ti-alto-rio-guama/>. Acesso em: 9 maio 2024.

FURTADO, Mairon de Sousa; PILLETTI, Edileuza Amoras. Saberes do Ritual da Moça na construção do Sujeito Tembé, no Território do Guamá. *Periferia*, Duque de Caxias, v. 14, n. 1, p. 46-68, jan./abr. 2022.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2006.

HURLEY, Jorge. Viagem à aldeia dos Tembés, Alto Rio Guamá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, v. 3, p. 283-291, out. 1920.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022*: indígenas, primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IDEFLOR-BIO. Projeto Apoio à Gestão e Restauração Florestal da Terra Indígena Alto Rio Guamá: Ideflor-bio e Conservação da Sociobiodiversidade em Terras Indígenas do Pará. *IDEFLOR-BIO*, Belém, 2025. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/projeto-apoio-agemtao-e-restauracao-florestal-da-terra-indigena-alto-rio-guama/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

ITERPA. Instituto de Terras do Pará. Territórios Indígenas. *ITERPA*, [S. l.], 2025. Disponível em: <http://portal.iterpa.pa.gov.br/povos-indigenas/>. Acesso em: 2 jan. 2025.

IUCN. Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN. *IUCN*, [S. l.], 2023.

KAHWAGE, Claudia Maria Carneiro; MENDONÇA, Gilberto Bezerra. Manifestações Culturais: Kàwi'u Haw e Wyrá'u Haw (Festa do Mingau e Festa do Moqueado). In: PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade. *Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Alto Rio Guamá: Diagnóstico Etnoambiental e Etnozoneamento*. Belém: Ideflor-Bio, 2017.

MAFFI, Luisa. An introduction to biocultural diversity. *Biocultural Diversity Toolkit*, [S. l.], v. 1, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIRANDA, Júlia Cleide Teixeira de; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. O Ritual da Festa do Moqueado: Educação, cultura e identidade na sociedade indígena Tembê-Tenetehara. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, [S. l.], v. 28, n. 152, 2020.

PALMQUIST, Sérgio. *Tembé: a ameaça da extinção de um povo*. Belém: Cimi Norte II, 1981, 6 p. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/os-tembe-tenetehara>. Acesso em: 9 maio 2024.

PARÁ. *Decreto n. 307*, de 21 de março de 1945. Reserva área de terras aos índios Tembê, Timbira, Urubu e outros. Belém: Governo do Pará, 1947. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/decreto-n-307-de-210345-reserva-area-de-terras-aos-indios-tembe-timbira-urubu-e>. Acesso em: 9 maio 2024.

PONTE, Vanderlúcia da Silva; AQUINO, Maria José da Silva. “Para ser mulher verdadeira!” – os Tenetehara-Tembé: relações entre ritual, direitos e estratégias de afirmação cultural em ações locais. *Nuevo Mundos*, Paris, p. 1-16, dez./ 2013.

PONTE, Vanderlúcia da Silva. “Mulher-pajé”: cosmopolítica do corpo na festa do wira’u haw Tenetehtar-Tembé. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 22, n. 47, p. 35-60, jan./abr. 2022.

PONTE, Vanderlúcia da Silva; RIBEIRO, Cláudio Emílio da Silva. O Argumento da “Mistura”, a Política Indigenista e o Território-territorialidade entre os Tenetehtar-Tembé na fronteira Pará-Maranhão. *Revista GeoAmazônia*, Belém, v. 7, n. 14, p. 75-102, 2019.

RIBEIRO, Benedito Emílio da Siva; MEIRA, Márcio. Tudo era indígena: território, exercícios tutelares e processos de r-existência entre os Tenetehtar-Tembés no século XX. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-25, maio/ago. 2021.

RODRIGUES JÚNIOR, Edson Beas. *A proteção internacional do patrimônio biocultural imaterial a partir da concepção de desenvolvimento sustentável*. 2009. Tese. (Doutorado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.

ROOS, Alana. A Biodiversidade e a Extinção das Espécies. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, Santa Maria, v. 7, n. 7, p. 1494-1499, mar./ago. 2012.

SALES, Noêmia Pires. *Pressão e Resistência: os índios Tembé-Tenetehtara do alto rio Guamá e a relação com o território*. Belém: UNAMA, 2000.

SCHAVELZON, Salvador. Guardiões da Floresta: autonomia indígena e conflito territorial na Amazônia. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 21, n. 46, p. 125-147, set./dez. 2021.

SILVEIRA, Luís Fábio. Mundo das Aves: a família de aves mais ameaçada do Brasil. *Cães & Cia*, [S. l.], 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273365156_Mundo_das_Aves_A_familia_de_aves_mais_ameacada_do_Brasil. Acesso em: 13 nov. 2024.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Terra Indígena Alto Rio Guamá. *Terras Indígenas no Brasil*, [S. l.], 2025. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3573>. Acesso em: 3 de jan. 2025.

Sobre os autores:

Carlos do Socorro Guerreiro Vaz: Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia da Rede Bionorte. Mestre em Biologia pela Université du Québec à Montréal. Graduado em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia. Licenciado em Biologia pela Faculdade Michelângelo. Professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação

do Pará (SEDUC-PA) e da Universidade do Estado do Pará (UEPA), lotado no Departamento de Ciências Naturais, atuando nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Ciências Naturais, Pedagogia, Ciências Sociais e Engenharia Florestal. Desenvolve pesquisas nas áreas de populações indígenas, educação ambiental, etnobotânica e plantas medicinais. **E-mail:** carlos.vaz@uepa.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7152-4093>

Márlia Regina Coelho Ferreira: Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Biologie Végétale Tropicale pela Université Pierre et Marie Curie (Paris VI) e graduada em Farmácia-Bioquímica pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pesquisadora titular do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), tendo atuado no Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA). Docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Biológicas – Biologia Vegetal Tropical (UFRA/MPEG), da Rede Bionorte (coordenação estadual Pará) e do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural (MPEG). Possui experiência na área de Botânica, com ênfase em Etnobotânica, Etnofarmacologia e Botânica Econômica, atuando principalmente em estudos sobre saberes tradicionais de comunidades e povos indígenas da Amazônia brasileira relacionados à biodiversidade vegetal, com destaque para plantas medicinais de importância cultural e econômica. **E-mail:** mcoelho@museu-goeldi.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-7861-3120>

Flávia Cristina Araújo Lucas: Pós-doutor pela Universidade de Coimbra, doutor em Ciências Biológicas pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), mestre em Agronomia – Biologia Vegetal Tropical pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor adjunto IV da Universidade do Estado do Pará (UEPA), criador e curador do Herbário MFS Profa. Dra. Marlene Freitas da Silva (MFS) e líder do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares em Botânica. Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Ciências Ambientais e em Ciências da Religião, além de professor do Doutorado em Rede Bionorte. Atua nas áreas de Botânica (coleções botânicas, sistemática, taxonomia e morfologia), Etnobiologia, Etnobotânica, Etnofarmacologia, Bioculturalidade, manejo de recursos naturais e ecossistemas e ensino de Botânica. **E-mail:** copaldoc@yahoo.com.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0752-7206>

Recebido em: 13/02/2025

Aprovado para publicação em: 09/12/2025